



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES

**REQUERIMENTO N.º , DE 2015
Do Senhores Miguel Haddad e João Gualberto**

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. IVAN RAMALHO, Secretário-Executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Presidente do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações - COFIG, para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO, do Sr. IVAN RAMALHO, Secretário Executivo do MDIC e Presidente do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações – COFIG, para prestar depoimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

O Sr. Ivan Ramalho exerce o cargo de Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, e também ocupa a presidência do Conselho de Financiamento e Garantia às Exportações – COFIG, Órgão interministerial da estrutura CAMEX, que tem, entre suas funções, a de enquadrar e acompanhar operações do PROEX, financiamento e equalização, e do FGE (seguro de crédito às exportações). Certamente todas as operações de financiamentos de bens e serviços do BNDES foram examinadas e enquadradas pelo referido Comitê, para fins de obtenção de equalização de juros pelo Tesouro Nacional. O mencionado Comitê pode inclusive recomendar a concessão de condições especiais e favorecidas de apoio para essa ou aquela operação, com provavelmente aconteceu no caso de Cuba e outros países da América do Sul, África e Caribe.

Assim a presença dessa autoridade na CPI é requisito importante para que a Comissão possa fazer questionamentos e obter inúmeros esclarecimentos sobre a forma como atua o Comitê, quais são suas prioridades, como é feito o exame de cada operação, quais as regras gerais para enquadramento, em quais casos são ou foram aplicadas excepcionalidades; como foram tratadas no Comitê operações específicas, como a do financiamento do Porto de Mariel, etc.

.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 2015.

Deputado Federal Miguel Haddad

Deputado João Gualberto